

RELATO DE PESQUISA

NA FALA TEM. MAS HÁ NA ESCRITA? REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE A NORMA DE REFERÊNCIA NA ESCRITA ACADÊMICA

Daniela Samira DA CRUZ BARROS

Departamento de Direito, Humanidades e Letras – Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Três Rios, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

A norma-padrão idealizada no Brasil vem de uma origem lusitanizada e, desde o início de sua implementação na nossa cultura, já estava fadada ao fracasso por estar totalmente distante do senso linguístico dos mais de 80% de analfabetos que habitavam o país no final do século XIX, ou seja, já nasceu sem ressonância social, ambientada em contexto de uma pequena elite letrada (Faraco, 2023). Essa discrepância entre norma-padrão e língua real evidenciou ainda mais as diferenças existentes entre o português europeu e o português brasileiro e alguns fenômenos sempre foram facilmente identificados como exemplos disso. O uso de *ter* e *haver* em contextos existenciais é sempre apresentado como um dos aspectos que permitem distinguir a norma portuguesa e a norma brasileira (Callou; Avelar, 2000). **Ter** e **haver** sempre concorreram no Português e existem muitos estudos relatando as mudanças diacrônicas dessa dupla. O que vemos atualmente é uma preferência, quase categórica, pelo verbo **ter** em detrimento do verbo **haver** na fala brasileira (Callou; Avelar, 2000; Lucchesi, 2022). A partir da ideia de que existem no Brasil outros padrões de referência (Faraco, 2008, 2015, 2020) se sobrepondo à norma-padrão prescrita pela gramática tradicional, buscou-se identificar em que medida a variação **ter/haver** existencial aparece na escrita acadêmica. A pesquisa é pautada nos estudos da Sociolinguística Laboviana (Weinreich, Labov, Herzog, 2006 [1968]), que considera a língua em



OPEN ACCESS

Todo conteúdo de *Cadernos de Linguística* está sob Licença Creative Commons CC - BY 4.0.

EDITORES

– Silvana Araújo (UEFS)

AVALIADORES

– Marcus De Sene (UPE)

– Gilce Almeida (UNEB)

Recebido: 31/01/2024

Aceito: 27/05/2024

Publicado: 17/06/2024

COMO CITAR

DA CRUZ BARROS, D.S. (2024). Na fala tem. Mas há na escrita? Reflexões preliminares sobre a norma de referência na escrita acadêmica. *Cadernos de Linguística*, v. 5, n. 2, e761.



VERIFICAR
ATUALIZAÇÕES

uso, em seu contexto heterogêneo, e pretende sistematizar fatores que condicionam as variações linguísticas. Há ainda um panorama das reflexões mais recentes, no contexto brasileiro, sobre norma e diversidade linguística (Lucchesi, 2015; Vieira, 2018; Vieira, Lima, 2019). Nossos dados foram extraídos de publicações de revistas eletrônicas da USP [*Revista Digital de Direito Administrativo*, *Revista da Faculdade de Direito* e *Revista Matrizes*] e da UFRJ [*Revista Teoria Jurídica Contemporânea* e *Revista Eco-Pós*]: são textos escritos e lidos por uma parcela considerada mais escolarizada da população, que consome e pratica – ou pelo menos, deveria praticar – a escrita acadêmica. Em geral, são alunos de graduação, alunos de pós-graduação, professores e pesquisadores que leem e escrevem, periodicamente, segundo modelos dos gêneros textuais acadêmicos, relativamente estáveis em sua produção. Optou-se por investigar textos de Comunicação Social e Direito, duas áreas que atuam essencialmente por meio da expressão linguística. Os resultados indicam que os produtores de textos acadêmicos se prendem a formatos específicos de gêneros e linguagens, corroborando a manutenção da forma mais conservadora, mas que o **ter** existencial vem ganhando espaço, sobretudo ao selecionar argumentos mais concretos e humanos, não sendo exemplo, portanto, de variante recusada nem na escrita acadêmica. Assim, identificamos diferentes padrões de referência sendo praticados pela parcela mais escolarizada da população, dentre os quais convivem os propostos pela chamada norma-padrão tradicional e outros padrões, convivência que denuncia uma norma de referência para a escrita que acomoda pluralidade, conforme propõem Vieira e Lima (2019).

ABSTRACT

The standard norm idealized in Brazil comes from Portuguese origins and, since the beginning of its implementation in our culture, it was fated to failure for being totally distant from the linguistic sense of the more than 80% illiterate who inhabited the country by the end of the XIX century, that is, it was born without social resonance, set in a context of a small literate elite (Faraco, 2023). That discrepancy between standard norm and real language highlighted the existing differences between European Portuguese and Brazilian Portuguese even more, and some phenomena were always easily identified as examples of that. The employment of *ter* and *haver* in existential contexts is always presented as one of the aspects which allow us to distinguish the Portuguese norm from the Brazilian norm (Callou; Avelar, 2000). **Ter** and **haver** have always compete in

Portuguese and there are many studies reporting the diachronic changes of this duo. What we can actually see, nowadays, is an almost categorical preference by the verb **ter** to the detriment of the verb **haver** in Brazilian speech (Callou; Avelar, 2000; Lucchesi, 2022). Based on the idea of the existence of other reference patterns in Brazil (Faraco, 2008, 2015, 2020), superimposing to the standard norm prescribed by the traditional grammar, this study aimed at identifying the extent to which the variation the existential **ter/haver** occurs in academic writing. The research is lined by the studies of the Labovian Sociolinguistics (Weinreich, Labov, Herzog, 2006 [1968]), which considers the language in use, in its heterogeneous context, and intends to systematize factors that condition linguistic variations. There is also an overview of the most recent reflections, in Brazilian context, about normalization and linguistic diversity (Lucchesi, 2015; Vieira, 2018; Vieira, Lima, 2019). Our data was extracted from publications from USP [*Revista Digital de Direito Administrativo*, *Revista da Faculdade de Direito* and *Revista Matrizes*] and UFRJ [*Revista Teoria Jurídica Contemporânea* and *Revista Eco-Pós*] electronic journals: texts written and read by a part of the population considered as being more educated, who consumes and practices – or at least is expected to – the academic writing. They are, in general, undergraduate students, postgraduation students, professors and researchers who read and write, periodically, according to models of the academic text genres, relatively stable in their production. Texts from the areas of Social Communication and Laws were investigated, two areas essentially performed through linguistic expression. The results show that academic text producers are tied to specific formats of genre and language, reinforcing the maintenance of the most conservative form. Despite of that, the existential **ter** existential has been gaining space, especially when choosing more concrete and human arguments, not being an example, therefore, of refused variant not even in academic writing. Thus, we identified different reference patterns being practiced by the most educated part of the population, among them, the ones proposed by the so called standard norm and other patterns, coexistence which reports a written reference norm which accommodates plurality, as propose Vieira and Lima (2019).

RESUMO PARA NÃO ESPECIALISTAS

A norma-padrão idealizada no Brasil tem origem em Portugal e, desde o início de sua implementação já estava fadada ao fracasso por estar totalmente distante

do que era praticado por mais de 80% de analfabetos que habitavam o país no final do século XIX. A norma-padrão já nasceu distante da língua real praticada pela sociedade brasileira e alguns fenômenos sempre foram facilmente identificados como exemplos disso. O uso de *ter* e *haver* em contextos existenciais é um dos aspectos que permitem distinguir a norma portuguesa e a norma brasileira e, por isso, os usos dos verbos **ter** e **haver** sempre foram objeto de estudos linguísticos, os quais evidenciam, no contexto brasileiro atual, uma preferência pelo verbo **ter** em construções existenciais. Nosso objetivo é verificar se o verbo **ter** aparece em construções existenciais na escrita acadêmica, por isso, os dados que analisamos para este trabalho foram extraídos de revistas *online* dos cursos de Comunicação Social e Direito, da USP e da UFRJ. Os resultados indicam que o verbo **ter** com sentido existencial vem ganhando espaço na escrita de universitários brasileiros, apesar de não estar descrito na gramática tradicional, o que fortalece a crença de que além da norma-padrão prescrita pela gramática tradicional, existem outros padrões que servem como referência de uso da língua. A ideia de **norma de referência** amplia o conceito de norma-padrão ao indicar que a língua é plural e variada até mesmo na escrita, o que pode contribuir imensamente para os estudos de gramática nas escolas e universidades brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE

Ter; Haver; Norma-Padrão; Variação; Norma de Referência.

KEYWORDS

Ter; Haver; Standard; Variation; Reference Norm.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é o primeiro resultado de uma pesquisa de pós-doutoramento que visa contribuir com o projeto **Pró-norma plural: do *continuum* fala-escrita para a norma-padrão**, cuja intenção é mapear fenômenos variáveis em gêneros textuais do *continuum* fala-escrita, com o objetivo de propor e avaliar fundamentos e resultados relativos ao estabelecimento de uma norma de referência (Vieira; Lima, 2019; Lima, 2023).

Ao escolher um dos oito fenômenos¹ elencados para investigação no *Projeto Pró-norma plural*, as construções existenciais com *ter* e *haver* (*Tem muito doce na festa. / Há muitas pessoas na casa.*) se destacavam pelo fato de *ter* e *haver* sempre concorrerem no Português e, por isso, haver certo apelo histórico e a possibilidade desta pesquisa se desdobrar num trabalho futuro, de análise diacrônica. Além disso, a concorrência *ter* x *haver* também se destaca por fazer parte do conjunto de fenômenos que já observara na prática pessoal em sala de aula com alunos de Direito.

Para Lucchesi (2022), Callou e Avelar (2000) e outros estudiosos, o uso existencial de *ter* é tratado como inovação brasileira em oposição ao conservador uso do *haver*, tipicamente Português, o item lexical empregado nas construções existenciais é um dos aspectos gramaticais que mais contribuem para distinguir o Português do Brasil do Português Europeu, assim, o fenômeno pode ser um diferenciador das duas variedades do Português.

Por outro lado, Bagno (2012, p. 625) parece indicar, em sua *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, não o caráter inovador, mas conservador do *ter* existencial que deixou de ser usado por portugueses, depois de transplantarem a forma para o Brasil.

Ora, o fato é que os portugueses simplesmente abandonaram o uso de *ter* com função existencial, função que foi conservada porém por brasileiros e africanos – e se brasileiros e africanos continuam a usar *ter* como existencial/apresentacional é porque receberam esse uso da língua de seus ex-colonizadores. (Bagno, 2012, p. 625).

Assim, o que parece uma inovação brasileira é, na verdade, a manutenção do *ter* existencial usado por portugueses na época em que transplantaram sua língua para o Brasil, ou seja, uma característica conservadora. O conservadorismo linguístico do PB, já tão explorado por grandes linguistas brasileiros – como Silva Neto (1960), Celso Cunha (1986), Mattos e Silva (2004), Scherre e Naro (2007), por exemplo – decorre da teoria da deriva linguística proposta por Sapir

1 Os oito fenômenos variáveis investigados pelo Pró-norma são: preenchimento do objeto; direto/acusativo de 3ª pessoa; preenchimento do objeto indireto/dativo de 3ª pessoa; construções existenciais; orações relativas; colocação pronominal; estratégias de indeterminação do sujeito; expressão de futuro (Vieira, Lima, 2019, p. 06).

(1949 [1921] *apud* Scherre; Naro, 2007): “a língua se move ao longo do tempo num curso que lhe é próprio. Tem uma deriva.”

Como muitos outros fenômenos linguísticos do português brasileiro, o *ter* existencial é a manutenção de algo que deixou de existir no português europeu, mas foi conservado no português do Brasil. Depois que o *ter* existencial desapareceu no português europeu, sua manutenção no português brasileiro passou a ser considerada erro, já que a variante portuguesa continuava a ser considerada como a variante de prestígio.

A condenação dos puristas ao uso de *ter* existencial se deve, como sempre, à sua tentativa de querer impor aos brasileiros os usos portugueses. Como os portugueses não usam o verbo *ter* nessa função, logo (pela lógica distorcida que move a atitude purista) tal uso é “errado” (Bagno, 2012, p. 625).

Corroborando o que disse Bagno (2012), já que os portugueses não usam – mais – o verbo *ter* existencial, a variação brasileira, o uso do *ter* existencial, é considerada errada pela gramática tradicional, constitui desvio à norma-padrão, apesar de predominar na fala brasileira inclusive de pessoas mais escolarizadas e em situações mais formais como demonstram as pesquisas de Callou e Avelar (2000), Avelar (2006), Vitório (2010), Lucchesi (2022). Sobre o *ter* existencial na escrita, há estudos importantes como os de Vitório (2010, 2012, 2013a), Lucchesi (2022) e os desdobramentos que começam a surgir do Projeto *Pró-norma*, buscando mapear o que acontece com o *ter* existencial na escrita escolar, acadêmica e jornalística.

Cabe elucidar que o título deste artigo homenageia o trabalho intitulado “As construções existenciais com *ter* e *haver*: o que tem na fala e o que há na escrita” (Vitório, 2013a), e dialoga, respeitosamente, com a obra da Professora Elyne Vitório acerca do fenômeno.

Independentemente de considerarmos *ter* existencial como conservador ou inovador (como algumas pesquisas com a fala apontam), a noção de norma de referência os ajuda a entender/explicar esse imbróglio, na medida em que considera a existência da pluralidade de normas também na escrita, reconhecendo “que os usos cultos da língua, como todos os outros, comportam variação”, como propõe Faraco (2023).

De acordo com Faraco (2023), a norma-padrão idealizada no Brasil vem de uma origem lusitanizada e, desde o início de sua implementação na nossa cultura, já estava fadada ao fracasso por estar totalmente distante do senso linguístico dos mais de 80% de analfabetos que habitavam o país no final do século XIX, ou seja, já nasceu sem ressonância social, ambientada em contexto de uma pequena elite letrada que perseguiu a norma lusitanizada como padrão “em sua pretensão de ser considerada essencialmente europeia”. (Faraco, 2023).

Para isso, os então letrados brasileiros tiveram que negar não apenas a variante popular do português praticado por escravizados e trabalhadores pobres, mas também sua própria variedade da língua:

[...] o que era característico da fala culta brasileira e se diferenciava da norma lusitana passou a ser tido como incorreto, ou seja, a diferença foi transformada em “erro”. E, no trato da língua, se desenvolveu, então, no Brasil, uma cultura negativa, uma cultura do erro, ainda hoje muito forte (Faraco, 2023, p. 25).

E assim, ainda no século XIX, cunhou-se uma norma-padrão lusitanizada para o Brasil, que desde o início já não abarcava a diversidade da língua praticada por seu povo e sua gramática natural porque perseguia a ilusão da língua correta. Criou-se a impressão de que, desde sempre, nós, brasileiros, não sabemos a nossa própria língua, visto que, desde sua criação, a norma-padrão se distancia dos usos correntes e característicos do português brasileiro.

Essa norma, por ser distante do senso linguístico dos falantes, mesmo dos letrados, foi, desde o início, um saber artificial, hermético, quase inalcançável. Acabou se petrificando em listas infintas de preceitos dogmáticos e inflexíveis. Em consequência, essa norma-padrão raramente tem servido de referência efetiva aos falantes, cuja insegurança normativa é facilmente observável em textos jornalísticos e acadêmicos (Faraco, 2023, p. 25-26).

Essa insegurança normativa facilmente observável em textos jornalísticos e acadêmicos (Faraco, 2023) é um dos motivadores para a existência de um projeto como o *Pró-norma plural*, na busca por referências que possam, ao mesmo tempo, refletir os usos reais praticados por brasileiros e normatizar esses usos:

O fracasso da norma-padrão lusitanizada não significa, porém, que devemos desistir de projetos normatizadores. Ao contrário, precisamos contribuir para desatar o imbróglio normativo do Brasil, alcançando uma norma-padrão que faça sentido para os brasileiros e lhes sirva de referência para os usos mais monitorados da língua, bem como para o ensino da língua (Faraco, 2023, p. 26).

Partindo da hipótese de que a força normativa de *haver*, característico da escrita mais formal e monitorada, talvez não seja suficiente para frear a deriva, ou seja, o curso próprio do *ter* existencial no português do Brasil, o objetivo geral desta pesquisa verificar se o *ter* existencial, tão presente na fala dos brasileiros, já consta da escrita acadêmica. – domínio típico do extremo do *continuum* de monitoração e letramento.

Estamos tratando de uma mudança em curso e, por isso, no *capítulo 1*, apresentamos como suporte teórico desta investigação os pressupostos da Sociolinguística Laboviana (Weinreich; Labov; Herzog; 2006 [1968]), lembrando que a possibilidade de estudar a mudança linguística em progresso fez Labov rever a ideia, até então predominante, de que a mudança linguística só poderia ser investigada após estar concluída. A partir disso, Labov passou a entrever a mudança em progresso na variação observada num dado momento, o que o autor definiu como o estudo da mudança em tempo aparente, através da análise de um recorte transversal na amostra. Era preciso também inserir a variação no sistema linguístico para que ela fosse objeto de análise linguística sistemática, rompendo com a visão estruturalista (de que tal sistema seria homogêneo).

No *capítulo 2*, apresentamos reflexão atualizada sobre estudos de norma e diversidade no contexto brasileiro (Lucchesi, 2015; Vieira; Lima, 2019), revisitamos os conceitos de norma e

enfaticamos o uso, neste trabalho, da expressão **norma de referência**, a partir da perspectiva de Faraco (2008, 2015, 2023) de que existem no Brasil outros padrões de referência se sobrepondo à norma-padrão.

Para justificar nossa escolha pela escrita e pelos gêneros acadêmicos, no *capítulo 3*, apresentamos a relação entre os gêneros textuais e os *continuum* fala-escrita e monitoração estilística (Marcuschi, 2011; Vieira, 2019a).

No *capítulo 4*, promovemos ampla revisão da literatura sobre a alternância dos verbos ter e haver na fala e na escrita brasileiras (Callou; Avelar, 2000; Avelar, 2006; Vitória, 2010, 2011, 2012, 2013ab; Lucchesi, 2022) e suas contribuições para chegarmos aos nossos parâmetros investigativos, como variáveis controladas, por exemplo.

Por fim, no *capítulo 5*, apresentamos os métodos e análise de dados. Optamos por trabalhar com gêneros textuais discursivos do domínio acadêmico, ou seja, textos da escrita mais monitorada, publicados em revistas eletrônicas de duas renomadas universidades do eixo Rio-São Paulo (UFRJ e USP). Corroborando com a ideia da escrita mais monitorada, investigamos duas áreas do conhecimento que trabalham diretamente com a linguagem: Comunicação Social e Direito. Para isso, recortamos cerca de 20.200 palavras, sendo mais ou menos 500 palavras de cada um dos 40 artigos que selecionamos (10 de Comunicação Social da USP, 10 de Direito da USP, 10 de Comunicação Social da UFRJ, 10 de Direito da UFRJ).

1. CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA LABOVIANA

A Sociolinguística Variacionista Laboviana estabelece uma correlação entre a estrutura linguística e a estrutura social e trata a língua como sistema heterogêneo. Labov (1972) afirma que o termo *sociolinguística* é redundante, uma vez que não se pode conceber uma linguística que não seja social, ou seja, estudar qualquer língua ou dialeto implica, necessariamente, estudar sua história social, inclusive porque existe a possibilidade de inferir processos que operaram no passado a partir da observação de processos em andamento no presente.

Neste trabalho, assumimos a postura da sociolinguística laboviana quando consideramos que a variação é inerente ao sistema linguístico e que a noção de heterogeneidade ordenada não é incompatível com a noção de sistema, aceitando a dissociação entre estrutura e homogeneidade, já que a variação não existe apenas numa comunidade. A variação existe, inclusive, na fala de uma mesma pessoa e não é aleatória, mas governada por restrições linguísticas e não linguísticas. Labov também deixou de focar apenas a estrutura e o nível individual – o idioleto – e passou a observar a língua em uso efetivo pela sociedade, investigando a comunidade de fala como um todo.

Para a Sociolinguística, a comunicação linguística conjuga a variabilidade na unidade e a unidade na variabilidade. Embora tenha como foco o uso e o falante, a Sociolinguística não refuta o caráter

estrutural da língua, mas, ao contrário, prevê que a complexa gama de usos em variação é intrínseca à língua e, por isso, prevista pelo sistema. Essa variação, aparentemente desordenada, apresenta sistematicidade e é a partir dessa ideia que desenvolvemos esta pesquisa, na busca pela sistematicidade da variação *ter/haver* existencial na escrita acadêmica e a constatação de que é possível uma norma de referência (que acomode pluralidade e variação também na escrita), visto que analisamos artigos que circulam nos domínios acadêmicos sem qualquer tipo de estigma, tendo sido alvo, em alguma medida, de revisão editorial antes de serem publicados em revistas eletrônicas de duas importantes universidades do país (USP e UFRJ).

2. REVISITANDO OS CONCEITOS DE NORMA

Atualmente, não se pode tratar da conceituação de norma no Brasil sem citar Faraco (2008, 2015, 2023), que há algum tempo vem “desatando alguns nós”. Segundo o autor, *norma* apresenta, atualmente, dois sentidos: normalidade e normatividade.

Nos estudos linguísticos, *norma* designa primordialmente aquele conjunto de fenômenos linguísticos que são correntes, habituais (“normais”) numa determinada comunidade de fala. No funcionamento monitorado da língua, porém, a palavra *norma* é usada como sentido de preceito, isto é, designa aquilo que tem caráter normativo, que serve, no interior de um projeto político uniformizador, para regular explicitamente os comportamentos dos falantes em determinadas situações (Faraco, 2008, p. 74).

A grande questão, no entanto, surge mais adiante, com a distinção entre os conceitos de norma-padrão e norma culta. De forma geral, a norma-padrão está no campo das idealizações e a norma culta, das realizações como bem resume Lucchesi (2023):

A *norma padrão* define a variedade de língua descrita e prescrita pela tradição gramatical, ao passo que a *norma culta* se refere à variedade linguística efetivamente empregada pelas pessoas denominadas *cultas*, em uma tradição terminológica que traz embutida em si uma boa dose de preconceito socioeconômico e cultural. (Lucchesi, 2023, p. 125).

Para Faraco (2008, 2015), a questão da norma-padrão no Brasil é particularmente exemplar porque o padrão foi construído, desde o início, de forma extremamente artificial, como já mencionado neste estudo. O padrão fixado não somente se aproximava do que era praticado em Portugal e considerado de prestígio pela elite letrada brasileira, como também negava o que era “normal” no Brasil. Assim, a normatividade se distanciou da normalidade porque não tomou a linguagem comum praticada no Brasil como base para a prescrição/descrição, mas, ao contrário, o projeto norma-padrão no Brasil teve como objetivo fundamental combater as variedades do português popular praticado no Brasil, por mais estranho que isso possa parecer hoje.

Desse modo, norma-padrão brasileira já nasceu problemática, afastada da nossa norma culta/comum/*standard* real. Por isso, nossa norma-padrão sempre foi alvo de preocupação, desde que os modernistas denunciaram sua inadequação e inspiraram alguns autores, ao longo do tempo, a problematizarem a questão – sobretudo gramáticos, a partir da segunda metade do século XX. A flexibilização resultante desses questionamentos produziu a chamada “norma gramatical, ou seja, o conjunto de fenômenos apresentados como cultos/comuns/*standard* por esses gramáticos” (Faraco, 2008).

Nossos bons gramáticos já não insistem na defesa categórica da norma-padrão do século XIX. No entanto, embora suas gramáticas acolham vários fenômenos da norma culta/comum/*standard* (em especial aqueles já correntes nos escritores modernos), elas não são propriamente descrições sistemáticas dessa norma. Nossas melhores gramáticas atuais estão, assim, num meio termo entre “os excessos caprichosos da norma-padrão” (para usar a feliz expressão de Evanildo Bechara – cf. notas 55 e 56) e as descrições sistemáticas da norma culta/comum/*standard* (Faraco, 2008, p. 81).

A questão é que, apesar de problemática e fadada ao fracasso desde sua origem, a norma-padrão consolidou-se como variedade de prestígio, sobretudo na língua escrita, e ainda vem sendo tratada como superior.

Pelo seu caráter conservador, impositivo e excludente, o normativismo e a gramatíque são parte intrínseca de todo um conjunto de conceitos, atitudes e valores fundamentalmente autoritários, muito adequados ao funcionamento de uma sociedade profundamente marcada pela divisão social (Faraco, 2008, p. 156).

Com relação à variação que estamos investigando, *ter* e *haver* existenciais na escrita acadêmica, fica muito clara essa consolidação da norma-padrão como superior, desde que a pequena elite letrada, no final do século XIX, excluiu a variação praticada por brasileiros, vista como inovação que feria o “bom” português europeu. Na verdade, com essa atitude, aquela elite letrada do século XIX acabou criando o primeiro expoente do que Faraco (2008) denomina norma curta, pautada por uma noção equivocada de erro, ao insistir em “interditar a ocorrência na escrita de fenômenos normais na fala culta”. (p. 59).

Nesta pesquisa, buscamos enfatizar a nomenclatura **norma de referência**, introduzida há algum tempo por Faraco e que tem sido adotada por importantes autores (Vieira, Lima, 2019; Faraco, 2020; 2022). A norma de referência representa, de forma mais democrática, o que seria uma espécie de fusão entre a norma-padrão e a norma gramatical, no sentido de incluir, finalmente, a pluralidade de possibilidades de usos normais/cultos/comuns/*standards*, ou seja, o que realmente é usado na fala e na escrita brasileiras sem ser recusado em nenhuma medida.

Esta pesquisa buscou, então, analisar como *ter* existencial, já categórico na fala brasileira (citar autores), tem sido usado na escrita acadêmica, que fatores o favorecem em detrimento do *haver* existencial, típico não apenas da norma gramatical, mas da norma-padrão, da norma culta e, sobretudo, da norma curta.

3. GÊNEROS TEXTUAIS E OS CONTINUA

Esta pesquisa é parte do Projeto *Pró-norma*, que investiga diversos gêneros textuais escritos, tanto do domínio jornalístico quanto do domínio acadêmico. Os dados analisado neste trabalho foram coletados de artigos acadêmicos, situados na extrema direita do *continuum* fala-escrita (Figura 01) desenvolvido por Marcuschi (2001).

De forma bastante sucinta, podemos dizer que Marcuschi (2001) define a fala como uma forma de produção textual-discursiva, utilizada para fins comunicativos na modalidade oral. E a escrita constitui uma forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos, com especificidades materiais, caracterizada pela constituição gráfica, situada no plano do letramento. Marcuschi (2001) apresenta um panorama sobre fala e escrita em diferentes áreas de estudo, considerando quatro perspectivas teóricas distintas, das quais destacamos a perspectiva sociointeracionista que entende a “língua como um fenômeno interativo e dinâmico” (Marcuschi, 2001).

Para Marcuschi (2001), “as diferenças entre fala e escrita se dão dentro de um *continuum* tipológico de práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois polos opostos”. Essas diferenças só podem ser observadas na análise dos textos materializados – gêneros textuais –, e são as suas características que permitem a distribuição num *continuum* fala-escrita.

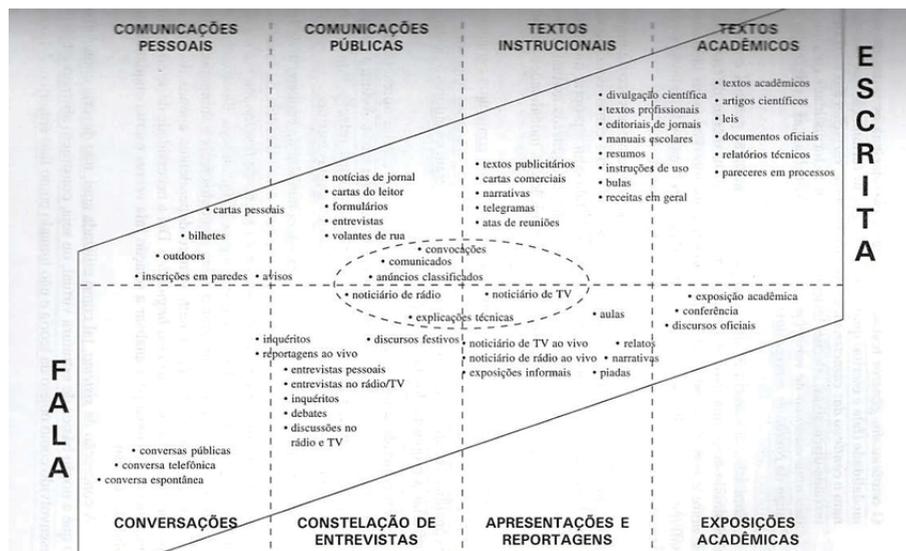


Figura 1. Gêneros textuais no *continuum* fala-escrita. Fonte: Marcuschi (2001, p. 41).

Na perspectiva sociointeracionista, as categorias linguísticas, sensíveis a fatos culturais, são construídas interativamente e, assim, os fenômenos de fala e escrita são uma relação entre fatos linguísticos e entre práticas sociais materializadas pelos gêneros textuais que, para Marcuschi são, assim como para Bakhtin (2011 [1979]), “tipos relativamente estáveis de enunciados”. Os textos

acadêmicos, que incluem artigos científicos, alvo da nossa investigação, estão situados à extrema direita do *continuum*, ao lado de textos do domínio jurídico, como leis, pareceres em processo e documentos oficiais. Essa proximidade contribui para entendermos ainda com mais clareza o grau de formalidade desse conjunto de gêneros.

Vale ressaltar que o Pró-norma busca o mapeamento de fenômenos variáveis em gêneros textuais do *continuum* fala-escrita e propõe investigar textos jornalísticos e acadêmicos, expoentes do texto escrito mais monitorado, mas com objetivos e públicos diferentes. A relação entre texto jornalístico e acadêmico se estreita quando investigamos, além de diversos gêneros jornalísticos dentro do *continuum* fala-escrita, textos acadêmicos também da área de Comunicação Social.

Além do *continuum* fala-escrita proposto por Marcuschi (2001, 2008), convém citar também o continuum de monitoração estilística de Bortoni-Ricardo (2005), o *continuum* de gêneros textuais: fala-escrita e monitoração estilística apresentado por Vieira (2019a) por seu caráter assertivo e ilustrativo, e as considerações de Biazolli (2016, 2018) sobre os continua poderem funcionar como um caminho de difusão de fenômenos em variação.

Vieira (2019a) elaborou esse *continuum* (Figura 02) para inserir resultados preliminares da pesquisa que, de certa forma, deu origem ao projeto *Pró-norma plural*. Sua relevância se justifica ao revelar diferentes espaços/porções de um suposto *continuum* compósito de oralidade-letramento e monitoração estilística, de forma muito clara e expressiva para a sistematização dos gêneros textuais jornalísticos e acadêmicos investigados no âmbito do projeto Pró-norma.

+ ORAL - MONITORADO		- ORAL + MONITORADO
Entrevistas	Entrevistas impressas	Teses/dissertações
sociolinguísticas	Cartas de leitor	Artigos científicos
Anúncios	Notícias	Editoriais
Tirinhas	Crônicas	

Figura 2. *Continuum* de gêneros textuais segundo Vieira (2019a): fala-escrita e monitoração estilística. Fonte: Vieira (2019a).

A partir do *continuum* ilustrado na Figura 02, fica muito clara a posição do gênero textual que serviu de base para esta pesquisa: artigos científicos situam-se no domínio mais monitorado da escrita, afastando-se totalmente da oralidade.

4. REVISÃO DOS ESTUDOS BRASILEIROS SOBRE TER E HAVER EXISTENCIAIS

A maior parte dos estudos que encontramos sobre a variação das construções existenciais com *ter* e *haver* no português do Brasil citam registros escritos do uso de *ter* existencial no português europeu a partir do século XVI e a não-fixação desse uso, ou seja, supõe-se uma mudança na variedade portuguesa da língua, que resultou no abandono total do *ter* existencial e a supremacia do

haver. São informações importantes, já citadas anteriormente nesta pesquisa, assim como também a questão da lusitanização da norma, no século XIX, com o objetivo de apagar marcas da variedade brasileira da língua e manter a norma-padrão (em alguma medida expressa na norma gramatical) distante até mesmo da norma culta praticada na época por aquela elite letrada que pretendia “salvar” o português da suposta influência negativa dos falares brasileiros.

A diferença deste estudo é que questionamos, *a priori* – tendo em vista que a mudança (a perda do *ter* existencial) teria ocorrido na variedade portuguesa da língua – o fato de que a manutenção da estrutura em nossa variedade brasileira seja considerada inovação por quase todos os autores que pesquisamos. Ora, se, desde o século XVI, já existiam registros do *ter* existencial concorrendo com o *haver* em textos escritos e se é consenso que foi Portugal que passou por uma mudança na ocasião da normatização (a qual, entre outras coisas, acarretou o abandono do *ter*), por que os autores têm considerado inovador o uso do *ter* existencial no português do Brasil?

Assim, registre-se aqui nossa discordância a esse respeito, apesar de não ser o foco nesta pesquisa e de não podermos explorar neste momento as questões diacrônicas que pudessem sustentar a hipótese de que o *ter* existencial foi transplantado para o Brasil com a dominação portuguesa a partir do século XVI. Nesse sentido, essa estrutura teria sido conservada, assim como outras características linguísticas da época, confirmando a tese de que a língua transplantada tenderia a ser conservadora, conforme já mencionamos anteriormente.

Quanto às feições contemporâneas da norma praticada por brasileiros, sobretudo por indivíduos escolarizados (variedade de especial interesse desta investigação, visto que se ocupa da problemática do estabelecimento de uma norma de referência), a primeira sistematização de dados da norma culta brasileira ocorreu a partir da década de 1970 com a execução do projeto NURC, que visava mapear a norma urbana culta em cinco cidades brasileiras com no mínimo um milhão de habitantes e que serviu de base para inúmeras pesquisas sobre as variações do português brasileiro, inclusive a alternância *ter* e *haver* existenciais. Cabe incluir aqui uma observação feita por Lucchesi (2022) no seu recente trabalho intitulado “Ter e haver na norma culta escrita e a questão da norma padrão no Brasil”, publicado no livro em homenagem à Dinah Callou (Oliveira, Mota, Reis, 2022), em que o autor questiona o objetivo do NURC e o relativiza a partir de uma espécie de mentalidade comum aos linguistas da época – *zeitgeist* – justificando a necessidade de observar os fenômenos na escrita se quisermos tratar realmente da questão da norma de referência:

Com efeito, um dos principais objetivos do Projeto NURC seria fornecer fundamentos empíricos mais consistentes para a normatização da língua. Contudo ocorreu uma contradição entre esse objetivo e o *zeitgeist* da pesquisa linguística nas décadas de 1960 e 1970. Profundamente marcados pelos princípios do estruturalismo saussuriano, os pesquisadores do NURC compartilhavam do primado da análise sincrônica da língua falada. Porém, apesar de as gramáticas normativas se proporem a fixar as regras de como “falar e escrever corretamente”, a normatização dos usos linguísticos está precipuamente voltada para a escrita, mesmo que as fronteiras entre o oral e o escrito se tenham esbatido com o avanço do progresso tecnológico (MARCUSCHI, 2001). Assim, a pesquisa empírica para fundamentar uma necessária atualização da norma de referência linguística no Brasil deverá contemplar não apenas os estudos da modalidade falada da língua mas sobretudo a modalidade escrita, já que é na escrita que se concentram os usos mais formais da língua e que demandam *a fortiori* uma maior padronização (Lucchesi, 2022, p. 126).

Assim, apesar de reconhecermos a importância e contribuição das pesquisas variacionistas sobre *ter/haver* na fala brasileira (Callou; Avelar, 2000; Avelar, 2006; Franchi; Negrão; Viotti, 1998; Viana; Araújo, 2020, entre outros), que “têm confirmado o generalizado uso do *ter* como verbo existencial na língua falada no Brasil” (Lucchesi, 2022), daremos ênfase – logo a seguir – a trabalhos que tratam a variação na escrita, os quais, muitas vezes, foram desenvolvidos em comparação com o que acontece na fala.

Um dos textos mais citados em trabalhos sobre *ter* e *haver* existenciais é o precursor “Sobre *ter* e *haver* em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil”, de Callou e Avelar (2000), fruto de uma pesquisa realizada com dados do NURC, ou seja, dados de fala. Entretanto, apesar da reflexão que fizemos anteriormente sobre normatização e dados de fala, o trabalho de Callou e Avelar (2000) contribui significativamente para as pesquisas que vêm sendo realizadas a partir de então e por isso nos servirá de guia em muitos aspectos.

A partir dos dados do NURC, os autores atestam o uso corrente do *ter* existencial na fala culta carioca nas décadas de 1970 e 1990 e a defesa da emergência de uma gramática “brasileira”, afirmando que o PB estaria passando por uma etapa crucial na formação de sua gramática:

[...] de um lado, a manutenção de *haver* no sistema está ameaçada; do outro, assiste-se ao começo de um ‘golpe final’ nas construções impessoais, processo já bem avançado entre as sentenças existenciais realizadas pelos falantes mais jovens (Callou, Avelar, 2000, p. 97).

Havia (e ainda há) muito o que se explorar a partir das conclusões de Callou e Avelar (2000), ainda que possam ser expoentes do *zeitgeist* das pesquisas linguísticas da época (Lucchesi, 2022) e não refletirem, sobremaneira, uma mudança propriamente, mas a manutenção do que sempre ocorreu na fala popular, sendo revelado em pesquisa com o que era considerado fala “cult”, a fala de indivíduos com formação superior. Por isso, faremos nossas considerações a partir desse texto.

Callou e Avelar (2000) identificaram na fala culta carioca quatro fatores relevantes para a ocorrência de *ter* ou *haver* existencial, tanto na década de 1970 quanto em 1990: *tempo verbal*, *especificidade semântica do argumento interno*, *faixa etária* e *gênero do informante*.

Sobre *tempo verbal*, os autores concluíram que o passado favorece o uso do *haver*, enquanto *ter* é favorecido pelo tempo presente, ainda que tenha havido um aumento no número de ocorrências de *ter* no pretérito perfeito na segunda faixa temporal da coleta.

Com relação à *semântica do argumento interno*, os autores sistematizaram uma classificação prevendo cinco especificidades: *animado*, *inanimado*, *espaço*, *abstrato* e *evento*, e concluíram que a materialidade (*animado*, *inanimado*) do argumento favorece a ocorrência de *ter*, enquanto a abstração dos argumentos marcados pelo traço [- material] (*abstrato*, *evento*) favorece o uso de *haver*.

Para os autores, o aumento do uso de *ter*, entre 1970 e 1990, em todas as faixas etárias investigadas, parece indicar uma mudança em progresso, visto o registro de que quanto mais jovem o informante, maior a frequência de uso do *ter*.

Sobre o *gênero dos informantes*, os resultados indicaram que as mulheres utilizavam mais o *ter* do que os homens, embora também registrem que, de 1970 para 1990, houve um significativo aumento do uso do *ter* também entre os informantes do sexo masculino, de 47% para 74%. Os autores não apresentam hipóteses para explicar os números referentes ao gênero; sugerem desdobramentos em novas etapas de pesquisa, mas ressaltam que o resultado vai “ao encontro de outros resultados que atestam ser as mulheres que lideram as mudanças na direção de um uso não estigmatizado” (Callou, Avelar, 2000, p. 94).

Avelar (2006) propõe estudo comparativo das alternâncias *ter/haver* e *de/em* (que deixaremos de lado neste estudo) em português brasileiro utilizando dados de fala e escrita. Os dados de fala foram extraídos do projeto NURC (amostras da década de 1990) e do projeto PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua – amostras da década de 1980) e sistematizados em dados de fala de indivíduos com e sem “nível superior”. Os dados de língua escrita foram extraídos de textos jornalísticos (jornais e revistas variados, como *O Globo*, *Veja* e *Super interessante*) e de livros de temáticas e autores variados (por exemplo, Chico Buarque, Paulo Coelho, Augusto Cury e o grupo Casseta e Planeta).

O primeiro resultado do referido estudo revela que as frequências de *ter* e *haver* são diametralmente opostas nas línguas falada e escrita: 87% de *ter* na fala contra 14% de *ter* na escrita; logo, 13% de ocorrências de *haver* na fala e 86%, na escrita.

Quanto à faixa etária, os resultados corroboram o que encontraram Callou e Avelar (2000): quanto mais jovem o falante, maior o percentual de uso de *ter*. Avelar chama a atenção ao fato de que, independentemente da faixa etária, nos dados de fala do NURC e do PEUL, o percentual de *ter* é amplamente maior que o de *haver*.

Quanto ao nível de escolarização, *ter* ocorre com maior frequência entre os indivíduos menos escolarizados. Na escrita, apenas nos dados extraídos de um livro de piadas do Casseta e Planeta (o gênero piada usos mais próximos da oralidade), o autor encontra maior frequência de *ter* existencial, e chega a encontrar usos do *ter* em textos do Chico Buarque, do jornal Extra e de anúncios (15%, 14% e 47% respectivamente), mas, de forma geral, prevalece o *haver* na modalidade escrita.

Avelar (2006) aponta ainda que não encontrou condicionamento de qualquer ordem intralinguística para a variação *ter/haver* e, ao considerar os fatores extralinguísticos verificados, conclui que eles sustentam a ideia de que *haver* seria a variante de prestígio, forma preferida na escrita, embora não perceba haver qualquer estigma para o uso do *ter* na língua falada. O autor atribui a distribuição de *ter* na escrita à necessidade de reprodução de elementos comuns à oralidade e à aproximação com o leitor, como no caso dos diálogos dos textos de piada.

Um dado interessante desse trabalho de Avelar (2006), apesar de não ser o foco desta pesquisa e por isso não será debatido, é que se a língua falada representa um acesso mais direto à gramática internalizada do que a língua escrita, devemos estar diante de uma situação em que *ter* exerce um papel diferenciado do exercido por *haver* (Avelar, 2006).

Ou seja, a rigor, não existe variação *ter* e *haver* na gramática internalizada de um falante do português brasileiro, mas o uso de *haver* nos mesmos termos em que se usam outros verbos apresentacionais da língua, licenciados normalmente em contextos de interpretação existencial. [...] se assumirmos uma variação entre *ter* e *haver* de igual para igual, vamos *ter* também de incluir acontecer e existir no pacote das formas variantes [...] (Avelar, 2006, p. 115).

Trata-se de uma importante observação que corrobora nossas observações quanto à mudança sofrida pela norma gramatical portuguesa no século XIX, imposta aos brasileiros que não comungavam da mesma norma; talvez por isso, *haver* nunca tenha concorrido com *ter* na fala brasileira.

Avelar (2006) defende a hipótese de que “as duas formas não estão competindo pelo posto de verbo existencial como duas categorias funcionais da língua”. O verbo *ter* reinaria absoluto como existencial e possessivo e *haver* faria parte de uma série de verbos existenciais sem uso funcional que apontam interpretações específicas de verbos com função apresentacional. Infelizmente, não temos espaço neste estudo para explorar as questões levantadas por Avelar sobre gramática nuclear e periférica e outros conceitos, mas, ainda que superficialmente, a observância da falta de competição entre *ter* e *haver* contribui para nossas reflexões sobre as divergências entre norma-padrão lusitanizada imposta a quem compartilha uma norma culta tipicamente brasileira.

Além de Avelar (2006), Vitório (2010) também aponta a implementação de *ter* na escrita padrão ao investigar textos escritos de alunos do ensino fundamental e do ensino médio na cidade de Maceió, mas observa que “com o aumento do nível de escolarização, há um aumento no percentual de uso do *haver*”.

Assim como Callou e Avelar (2000) e Avelar (2006), Vitório (2010, 2011, 2012, 2013a, 2013b), ao verificar construções existenciais na fala e na escrita, reafirma que *ter* é verbo existencial canônico no português falado: “o uso do verbo *ter* em construções existenciais não é um fenômeno estigmatizado pela sociedade, pois é utilizado por falantes de diferentes níveis de escolarização, sem causar preconceito linguístico e social” (Vitório, 2010).

Em seus estudos sobre *ter* e *haver* na escrita, Vitório (2010, 2012, 2013a, 2013b) também encontrou relevância nos fatores *tempo verbal*, *faixa etária* e *escolarização*, concluindo que o passado favorece o uso de *haver* na escrita e o presente favorece o uso de *ter*, e que quanto mais escolarizado e mais velho o informante, mais estará favorecido o uso de *haver* na escrita.

Além disso, a autora observou, assim como Callou e Avelar (2000), que o argumento interno [+ abstrato] condiciona o uso de *haver*, ao contrário de *ter*, favorecido por argumento interno concreto, [- abstrato]. Vitório (2013a) destaca a análise de sentenças com *ter* pessoal:

[...] o português vem apresentando comportamentos mais alinhados com as línguas de sujeito não nulo, como o inglês e o francês, mostrando não só a realização dos sujeitos de referência definida e arbitrária, mas também caminhando para o preenchimento dos sujeitos não-referenciais/não-argumentais, constituindo, assim, uma etapa natural do processo de mudança (Vitório, 2013a, p. 82).

Para a autora, a tendência do português brasileiro para preencher a posição de sujeito tanto por elementos argumentais quanto não-argumentais também vem contribuindo para a supressão do *haver*

existencial que não aceita a realização de elementos lexicais em tal posição, diferentemente do que acontece com *ter*. Com foco na marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo, Vitório (2013a) destaca, além da menor frequência de *haver* existencial, a preferência na escrita por construções existenciais com o *ter* pessoal e os pronomes *nós* e *se*, os mesmos que aparecem representando sujeito indeterminado. A autora ressalta ainda que o uso de *ter* pessoal na primeira pessoa do plural (como no exemplo: *Na figura 5 temos o perfil característico do crescimento de um microorganismo (sic) unicelular.*) (Vitório, 2013b, p. 71) acontece com o pronome preferencialmente nulo, contrariando também a tendência no português brasileiro de não apresentar o verbo em primeira posição absoluta.

Assim, com relação à ausência ou presença de *elementos à esquerda do verbo*, Vitório (2013b) aponta a preferência pelo preenchimento dessa posição, principalmente por elementos que indiquem negação, mas também por sintagmas adverbiais, marcadores discursivos, pronomes relativos e DPs plenos, fator que também controlamos nesta pesquisa.

Vitório (2013b) confirma o que outros autores constataram quanto ao fato de maior escolaridade e faixa etária favorecerem o uso de *haver*; no entanto, a variável sexo se mostrou estatisticamente insignificante tanto na fala quanto na escrita.

Em seus resultados finais, Vitório (2013b) considera a implementação do verbo *ter* possessivo em contextos existenciais como um dos efeitos colaterais da mudança que se refere à marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo, gerando preferência por *ter* sobre *haver* e favorecendo à implementação de construções existenciais com verbo *ter* pessoal.

Com relação à escrita acadêmica especificamente (Vitório, 2013a, 2013b), a autora retifica que *haver* é a variante de prestígio e que a pouca realização de *ter* se deve à condenação do uso por parte dos manuais normativos. Segundo a autora, seus dados sinalizam que

[...] a escrita acadêmica sofre forte influência do trabalho escolar, uma vez que as variantes de menor prestígio na fala alagoana – *haver* existencial e os pronomes *se* e *nós* em construções existenciais com *ter* pessoal – passam a ser as formas preferidas na escrita acadêmica, excluindo quase categoricamente as formas selecionadas na língua falada. (Vitório, 2013, p. 73)

Por fim, recorreremos aos estudos mais recentes sobre a variação *ter/haver* existenciais, organizados por Lucchesi (2022), que coordena o Projeto de Estudo da Norma Culta Escrita – PENCE –, implementado na UFF em 2019. O projeto reúne um *corpus* de língua culta escrita com cerca de 320 mil palavras contemplando tanto a linguagem jornalística quanto a linguagem acadêmica e, por isso, se aproxima, em alguma medida, das investigações do projeto *Pró- norma plural*.

As análises do PENCE, publicadas no livro em homenagem à Dinah Callou, identificaram forte influência de fatores extralinguísticos na variação *ter/haver* em construções existenciais. Das 320 mil palavras que compõem o *corpus*, foram encontrados 498 ocorrências de *ter* e *haver* com valor existencial, corroborando, como era de se esperar, largo predomínio de *haver* (87,3%).

Lucchesi (2022) confirmou alguns condicionamentos estruturais já identificados em análises anteriores como *tempo verbal* e *caracterização semântica do argumento*, corroborando que o uso de

haver é favorecido pelo tempo passado e argumento abstrato. Entretanto, o autor propõe amalgamar alguns fatores, proposta que nos parece bastante profícua e, por isso, a adotamos nesta pesquisa.

Com relação ao *tempo verbal*, assim como proposto por Lucchesi (2022), classificamos os tempos verbais em *presente*, *passado* (reunindo todas as formas de pretérito), *irrealis* (reunindo todos os tempos relacionados ao modo *irrealis*) e formas nominais do verbo.

Com relação à *caracterização semântica do argumento do verbo*, também adotamos o que foi proposto por Lucchesi (2022), depois de amalgamar alguns valores em função dos achados de análises anteriores: [+humano], [- animado, + concreto], [- animado, - concreto], em nossa pesquisa caracterizados, respectivamente, por *humano*, *concreto* e *abstrato*.

Por último, adotamos também a abordagem de Lucchesi (2022) sobre a *estrutura do argumento*. Em sua amostra, Lucchesi (2022) identificou que “o *ter* é muito favorecido quando a estrutura sintagmática do argumento é a mais simples” (p. 138) e *haver* é mais favorecido à medida que o argumento se torna mais complexo. Assim, a classificação sugerida por Lucchesi (2022, p. 137) e adotada nesta pesquisa quanto à estrutura sintagmática é: *simples* (no máximo um determinante e um núcleo), *com um modificador à direita*, *com dois ou três modificadores à direita* e *argumento formado por oração + palavra interrogativa*.

Em suas conclusões, Lucchesi (2022) aponta um cenário de predomínio do *haver*, com quase 90% das ocorrências coletadas. Segundo o autor, o *haver* é praticamente absoluto nos artigos científicos, que se caracterizam por sua complexa elaboração e por sua destinação a um público especializado. “Nesse universo acadêmico, a prescrição normativa é totalmente atendida e o uso do *haver* como verbo existencial é praticamente exclusivo” (p. 141).

Lucchesi (2022) ratifica que análises sociolinguísticas indicam que a substituição do *haver* pelo *ter* se encontra em estágio muito avançado na fala e, com isso, pode-se inferir que o *ter* é o verbo existencial na gramática dos brasileiros, sugerindo uma padronização linguística no que diz respeito ao tratamento da forma do verbo existencial pelas gramáticas:

O *ter* é o verbo empregado nas construções existenciais na linguagem natural dos brasileiros, predominando tanto na fala quanto na escrita informal ou com uma linguagem mais direta e mais acessível (e.g. *Nos dias de hoje, ainda tem muita gente que acredita que a Terra é plana.*). Contudo, seguindo a tradição, o verbo *haver* é predominante na linguagem formal e nos textos mais complexos e mais reflexivos (e.g. *Na atualidade, ainda há muitas pessoas dominadas por concepções obscurantistas e negacionistas.*). Tanto o *haver* quanto o *ter* são, nessas construções, verbos impessoais, não devendo se flexionar em pessoa e número, sendo usados na forma não marcada da 3ª pessoa do singular (Lucchesi, 2022, p. 142).

Há de se reconhecer que a sugestão de Lucchesi (2022) é renovada e infinitamente mais apropriada do que o que tem circulado atualmente em determinadas orientações normativas, mesmo as mais modernas. Destacamos que a proposta do autor não objetivou contemplar outras construções, como, por exemplo, o uso do *ter* pessoal na primeira pessoa do singular com sujeito nulo, identificado por Vitório (2013b) e também por esta pesquisa, como veremos adiante.

A partir das pesquisas citadas e seus resultados preliminares, chegamos ao seguinte grupo de fatores: (g1) preenchimento do sujeito/pessoalização; (g2) preenchedores à esquerda do verbo; (g3) tempo verbal; (g4) estrutura sintagmática do argumento; (g5) caracterização semântica do argumento; (g6) sexo/gênero do informante; (g7) estado; e (g8) curso.

5. MÉTODOS, ANÁLISES E RESULTADOS

Os dados² foram recortados de artigos acadêmicos de Comunicação Social e Direito, extraídos de revistas eletrônicas da USP e da UFRJ, para resultados mais claros, priorizamos textos escritos por um ou, no máximo, dois autores, com formação no próprio estado de publicação da revista: São Paulo ou Rio de Janeiro. Ou seja, estamos analisando comparativamente textos acadêmicos de duas áreas cuja linguagem é instrumento de trabalho (Comunicação Social e Direito), de dois estados com amplo destaque nacional em vários aspectos (São Paulo e Rio de Janeiro).

Para análise estatística dos dados, utilizamos o pacote de programa para análise de regras variáveis já bastante conhecido da Linguística brasileira, o Goldvarb X (Sankoff, Tagliamonte, Smith, 2005).

Após coletar, baixar os arquivos em .pdf, transformá-los em documento editável (word), excluir partes pré e pós-textuais, bem como citações, foi feita uma busca de todas as formas verbais de *ter* e *haver* existenciais, totalizando um recorte de 500 palavras por artigo.

Os trechos com os dados recortados foram organizados e classificados num arquivo à parte e, posteriormente, organizados numa planilha de excel contendo todos os grupos de fatores controlados, o dado, o trecho contendo o dado, e a identificação do artigo correspondente. Também elaboramos uma tabela com a identificação dos artigos por título, nome do autor, universidade, nome da revista, região e o link para acesso ao texto original. O corpus resultante dessa pesquisa faz parte dos *corpora* do *Projeto Pró-norma plural*, que estão sendo organizados e em breve estarão disponíveis.

Das 20.200 palavras coletadas, após revisão detalhada, chegamos ao total 336 dados, 312 ocorrências de *haver* e 24 ocorrências de *ter* em construções existenciais, 93% e 7% respectivamente.

	Nº oc./Total	Frequência
Ter	24/336	7,1%
Haver	312/336	92,9%

Tabela 1. *Ter* e *haver* existenciais em artigos acadêmicos no eixo RJ/SP. Fonte: Elaboração própria.

² Todos os dados foram extraídos de textos de domínio público, disponíveis nos sites das revistas eletrônicas em que foram veiculados.

A melhor rodada do programa indica como importantes os grupos que se referem à pessoalização/impessoalização do verbo, ao tempo verbal e à região da ocorrência – Rio de Janeiro ou São Paulo (Tabelas 02, 03 e 04).

A Tabela 02 representa as ocorrências de *ter* pessoal em comparação com *haver*. Para nossa surpresa, encontramos uma forma pessoalizada de *haver*:

(1) em 1965, **havam** pelo menos cinquenta definições diferentes...”

	Nº oc./Total	Frequência
Pessoal	14/15	93,3%
Impessoal	10/321	3,1%
Total	24/336	7,1%

Tabela 2. *Ter* existencial em função da pessoalidade. Fonte: Elaboração própria.

No que se refere à variável *tempo verbal*, a tabela a seguir demonstra ocorrência produtiva de *ter* existencial com o tempo presente:

	Nº oc./Total	Frequência
Presente	23/225	10,2%
Formas nominais	01/111	0,9%
Total	24/336	7,1%

Tabela 3. *Ter* existencial em função do tempo verbal. Fonte: Elaboração própria.

A variável extralingüística que marca a *região geográfica* indicou maior número de ocorrências em São Paulo:

	Nº oc./Total	Frequência
São Paulo	22/168	13,1%
Rio de Janeiro	2/168	1,2%
Total	24/336	7,1%

Tabela 4. *Ter* existencial em função da região geográfica. Fonte: Elaboração própria.

A leitura dessa combinação de fatores indica (i) a existência de ocorrências de *ter* pessoal em construção existencial; (ii) que o presente favorece a ocorrência de *ter* existencial; que (iii) há mais ocorrências de *ter* em construções existenciais nos textos de São Paulo.

Quanto aos cursos de origem dos textos, se de Comunicação Social ou de Direito, os resultados quanto às ocorrências de *ter* e *haver* vão ao encontro da hipótese de que o curso de Direito se mostra mais conservador, mantenedor de uma norma-padrão mais distante da norma culta de uso, talvez por conta da sua tradição discursiva tão arraigada ao tradicional, ao formal e à normatização de forma geral. Na Tabela 06, temos a distribuição das ocorrências de *ter* existencial nos gêneros acadêmicos dos dois cursos pesquisados:

	Nº oc./Total	Frequência
Comunicação Social	20/150	83,33%
Direito	04/186	16,17%
Total	24/336	7,1%

Tabela 5. O verbo *ter* existencial em função do curso. Fonte: Elaboração própria.

Os resultados obtidos com relação à ocorrência do *ter* pessoal em construções existenciais corroboram alguns aspectos que encontramos na literatura (VITÓRIO, 2013a; VITÓRIO, 2013b) e sua análise demanda um pouco mais de aprofundamento porque relaciona (i) a questão da possibilidade de preenchimento do sujeito; (ii) a marcação de parâmetro do sujeito nulo; (iii) a presença dos pronomes *nós* e *se*, próprios do sujeito indeterminado e (iv) a preferência pelo sujeito nulo em ocorrência de *ter* na primeira pessoa do plural, contrariando a tendência brasileira.

Este último fator nos interessa particularmente porque, entre as 24 ocorrências de *ter*, encontramos 14 ocorrências (54,17%) da forma *temos* (13 de Comunicação Social em São Paulo e 01 do Direito do Rio de Janeiro), das quais 02 estão em início absoluto de oração e nenhuma com a realização do sujeito *nós*. Como exemplo, destacamos aqui quatro trechos com “*temos*”, dois em posição inicial absoluta:

- (1) **Temos** aí um grafo com seis objetos, dos quais três correspondem a pessoas
- (2) **Temos** aqui uma amostra disso.
- (3) Nas séries serializadas, **temos** momentos de clímax em cada episódio e o momento de clímax do enredo, geralmente no último episódio...
- (4) enquanto nas procedimentais **temos** uma estrutura similar à dos filmes, com clímax a cada ato do episódio e um clímax do enredo nas sequências finais do episódio.

Também encontramos 09 ocorrências da construção *ter* + *se*, outra forma de tornar impessoal, sendo 07 de *tem-se* e 02 com o pronome anteposto: *se tem*. Para completar os 24 dados de *ter* existencial, encontramos a ocorrência da forma nominal *tendo*. Esses resultados corroboram os estudos de Vítório (2013a, 2013b) e confirmam a tendência do PB quanto à realização de construções existenciais com o *ter pessoal*, mostrando que esses pronomes constituem uma importante estratégia para o preenchimento de sujeito nessas construções. O uso dessas construções indica tendência a inserir elementos tanto argumentais quanto não-argumentais na posição de sujeito gramatical, evitando que o verbo ocorra em posição inicial da sentença (Avelar; Callou, 2011).

	Ocorrências	Frequência
Temos	14/24	58,33%
Tem-se	07/24	29,17%
Se tem	02/24	8,33%
Tendo	01/24	4,17%

Tabela 6. Formas de *ter* existencial encontradas na escrita acadêmica. Fonte: Elaboração própria.

Deixamos ainda registrado que a variável gênero do indivíduo não permitiu visualizar diferenças quantitativas dignas de confirmação de qualquer hipótese, embora tenhamos encontrado um pouco mais ocorrências de *ter* existencial em textos produzidos por mulheres.

Com relação aos demais fatores, acreditamos ser relevante destacar que os índices também não mostraram diferenças expressivas, mas também não infirmaram a hipótese de desfavorecimento do *ter* diante de argumentos complexos em relação à estrutura sintática e também em relação à semântica do argumento, como encontramos na literatura: quanto mais estruturalmente complexos e semanticamente abstratos os argumentos, mais o *haver* existencial seria favorecido. Este também seria um ponto que explicaria a manutenção da norma-padrão (ainda lusitanizada) nos textos do Direito, que ainda optam por uma linguagem rebuscada, com construções complexas e muitos encaixamentos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados que destacamos indicam que os produtores de textos acadêmicos se prendem a formatos específicos de gêneros e linguagens, corroborando a manutenção da forma mais conservadora, com forte predominância do *haver* existencial. De todo modo, observando a distribuição geral dos dados nos textos acadêmicos, registra-se um comportamento de regra variável, consoante a tipologia de regras (Labov, 2003). Desse modo, percebe-se que o *ter* existencial vem ganhando espaço e não constitui variante recusada nem sequer na escrita acadêmica.

Com esta pesquisa, constatamos que, ainda que em pouco número de dados, o *ter* existencial já aparece na escrita acadêmica, sobretudo de São Paulo, no recorte geográfico que fizemos, nos artigos científicos de Comunicação Social e favorecido pelo tempo verbal no presente. Além disso, mais da metade das ocorrências correspondem a *ter* pessoal em construções existenciais, na primeira pessoa do plural com sujeito nulo.

Confirmamos nossa hipótese de que a força normativa do *haver*, característico da escrita formal e monitorada, não tem conseguido frear a deriva, o curso próprio do *ter* existencial no português do Brasil, nem em textos acadêmicos. O *ter* existencial aparece mais em textos de Comunicação Social do que em textos do Direito – e sua tradição discursiva tão marcada –, e ainda de formas mais diversificadas do que podíamos supor. Assim, identificamos diferentes normas de referência sendo praticadas pela parcela mais escolarizada da população, dentre as quais convivem as propostas pela chamada norma-padrão – expressa em manuais gramaticais –, ao lado da incursão, sobretudo em textos acadêmicos da área da Comunicação Social recolhidos em São Paulo, de diferentes estruturas com *ter* existencial, em construções pessoais e impessoais, consoante o que já foi amplamente atestado na norma culta de uso.

Essa convivência de estruturas existenciais mesmo em textos acadêmicos, domínio típico do extremo de monitoração e letramento, no que tange ao *continuum* fala-escrita que fundamentou a investigação, denuncia a necessidade de que se postule uma norma de referência para a escrita que acomode flexibilidade e pluralidade (Vieira, 2019a; 2019b; Vieira; Lima, 2019; Lima, 2023) – debate que tem sido empreendido também a partir de resultados da pesquisa no âmbito do Projeto *Pró-norma plural*.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CONFLITO DE INTERESSE

A autora declara não haver conflito de interesses.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados, códigos e materiais que suportam os resultados deste estudo estão disponíveis para consulta sob demanda em drive de responsabilidade da autora.

AVALIAÇÃO E RESPOSTA DOS AUTORES

Avaliação: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2024.V5.N2.ID761.R>

Resposta dos Autores: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2024.V5.N2.ID761.A>

REFERÊNCIAS

AVELAR, J. O. Gramática, competição e padrões de variação: casos com ter/haver e de/em no português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 99-143, 2006.

AVELAR, J.; CALLOU, D. Sentenças existenciais e preenchimento de sujeito: indícios de mudança em progresso na fala culta carioca. In: SILVA, A.; TORRES, A.; GONÇALVES, M. (Org.). *Línguas pluricêntricas: variação linguística e dimensões sociocognitivas*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, 2011, p. 287-299.

BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2012.

BAKHTIN, M. *Gêneros do Discurso. Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BIAZOLLI, C. C. Posição de clíticos pronominais em duas variedades do português: inter-relações de estilo, gênero, modalidade e norma. 2016. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2016.

BIAZOLLI, C. C. Inter-relações de estilo, gênero, modalidade e norma na variação da posição de clíticos pronominais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

BORTONI-RICARDO, S. M. O Português brasileiro. In: BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 51-70.

CALLOU, D.; AVELAR, J. O. Sobre *ter* e *haver* em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. *Revista Gragoatá*, Niterói, n. 9, p. 85-100, 2000.

CUNHA, C. Conservação e inovação no português do Brasil. *O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira*, [S.l.], v. 5, p. 199-230, nov. 1986. ISSN 2358-9787. Disponível em:

<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/4218. Acesso em: 30 mar. 2024.

doi:<http://dx.doi.org/10.17851/2358-9787.5.0.199-230>.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, C. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (org.). *Pedagogia da variação linguística: língua e diversidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

FARACO, C. *Bases para uma Pedagogia da variação linguística*. Abralin ao vivo, conferência, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3kS-RHie0Zw>. Acesso em 05 out. 2022.

FARACO, C. Em busca de uma norma padrão brasileira. In: VIEIRA, S. R. et al. *Variação linguística, ensino e interfaces: resultados e propostas*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023. Acesso em 08 julho 2023.

FRANCHI, C., NEGRÃO, E. V., & VIOTTI, E. (2019). Sobre a Gramática das Orações Impessoais com Ter/Haver. *DELTA: Documentação E Estudos Em Linguística Teórica E Aplicada*, 14(3).

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: Pennsylvania University Press, 1972.

LABOV, W. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, R. (ed.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 234-250.

LIMA, M. D. A. "Projeto Pró-norma plural": origem, constituição do corpus e primeiros resultados (Rio de Janeiro). In: VIEIRA, S. R. et al. *Variação linguística, ensino e interfaces: resultados e propostas*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, D. *Ter e haver na norma culta escrita e a questão da norma padrão no Brasil*. In: *Contribuições para a linguística brasileira: uma homenagem a Dinah Callou*. OLIVEIRA, J. M., MOTA, J. A., REIS, R. C. P. (orgs.). Campo Grande: Ed. UFMS, 2022.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita -- atividades de retextualização*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

OLIVEIRA, J. M.; MOTA, J. A.; REIS, R. C. P. (orgs.) *Contribuições para a linguística brasileira: uma homenagem a Dinah Callou*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2022.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *GoldVarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows*. Toronto: Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

SILVA NETO, S. *A língua portuguesa no Brasil*. Problemas. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1960.

VIANA, R. B. M.; ARAÚJO, A. A. Os verbos *haver* e *ter* existenciais em dados de fala culta fortalezense: uma análise variacionista. *Diálogos Pertinentes – Revista Científica de Letras*, v. 16, n. 2, p.166-194, 2020.

VIEIRA, S. R. Para uma norma-padrão flexível no contexto escolar: Contribuições dos estudos sociolinguísticos. In: MACHADO-VIEIRA, M. dos S.; WIEDEMER, M. L. (org.). *Dimensões e pesquisas sociolinguísticas*. São Paulo: Blucher, 2019a. p. 243-264.

VIEIRA, S. R. Contribuições dos estudos de fenômenos variáveis em *continuum* de gêneros textuais: para uma pedagogia da variação linguística. In: VIEIRA, S. R.; LIMA, M. D. A. de O. (org.). *Variação, gêneros textuais e ensino de Português: da norma culta à norma-padrão*. Rio de Janeiro: Letras UFRJ, 2019b. p. 103-111.

VIEIRA, S. R. *A unidade e a diversidade no ensino de Língua Portuguesa*. *Tabuleiro de Letras*, v. 12, n. 3, p. 22-34, 2018.

VIEIRA, S. R.; LIMA, M. D. A. de O. (org.). *Variação, gêneros textuais e ensino de Português: da norma culta à norma-padrão*. Rio de Janeiro: Letras UFRJ, 2019.

VITÓRIO, E. Um estudo sobre a variação *ter* e *haver* existenciais na escrita de alunos dos ensinos fundamental e médio da cidade de Maceió. *Revista Eletrônica Via Litterae*, Anápolis, v. 2, n. 1, p. 75-87, 2010.

VITÓRIO, E. A alternância de *ter/haver* existenciais na fala maceioense. *Interdisciplinar – Revista de Estudos de Língua e Literatura*. Ano VI, V. 14, p. 77-85, 2011.

VITÓRIO, E. A alternância dos verbos *ter* e *haver* em construções existenciais na escrita jornalística. In: *SINIEL*, 2012, Recife. Anais... Recife: p. 434-450, 2012.

VITÓRIO, E. As construções existenciais com *ter* e *haver*: o que tem na fala e o que há na escrita. *Dominios de Lingu@gem*, Uberlândia, v. 7, n. 2, p. 71-89, 2013a.

VITÓRIO, E. As construções existenciais na fala e na escrita. *Revista Diadorim/ Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Vol. 14, Dezembro 2013b.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].